



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

(FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Rebeca Peixoto de Araújo

ASSEGURAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: Uma análise dos
determinantes da legibilidade

Brasília – DF, 2022

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio de Carvalho
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas**

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professora Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Doutor José Lúcio Tozetti Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

Rebeca Peixoto de Araújo

**ASSEGURAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: Uma análise dos
determinantes da legibilidade**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Contabilidade e Mercado Financeiro

Área: Disclosure

Orientadora: Danielle Montenegro Salamone Nunes

Brasília – DF, 2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A663a Araújo, Rebeca Peixoto de
ASSEGURAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: Uma
análise dos determinantes da legibilidade / Rebeca Peixoto
de Araújo; orientador Danielle Montenegro Salamone Nunes.
- Brasília, 2022.
28 p.

Monografia (Graduação - Ciências Contábeis) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. Relatórios de asseguaração. 2. Relatórios de
sustentabilidade. 3. Determinantes da legibilidade. I.
Nunes, Danielle Montenegro Salamone, orient. II. Título.

Rebeca Peixoto de Araújo

Análise da Legibilidade dos Relatórios de Asseguração dos Relatórios de Sustentabilidade - ISE 2020

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Prof. Doutora Danielle Montenegro Salamone Nunes

Aprovado em 03 de maio de 2022.

Prof^a. Doutora Danielle Montenegro Salamone Nunes
Orientador

Prof. Dr. Ludmila de Melo Souza
Professor - Examinador

Brasília - DF, abril de 2022.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha família, em especial aos meus pais, por todo carinho, apoio, incentivo e esforço para que eu pudesse finalizar essa fase da minha vida.

Agradeço também ao meu namorado, que esteve junto comigo, sempre me apoiando e torcendo por mim.

Agradeço aos meus amigos da faculdade pela ajuda e apoio de sempre. Foram muitos desafios que passamos juntos até aqui, mas sempre com muita resiliência, alegria e determinação.

E finalmente a minha orientadora, pelo acolhimento, auxílio, atenção e paciência, me apoiando e guiado durante todo esse período. Muito obrigada!

RESUMO

Asseguração se trata de processo voluntário de verificação externa que objetiva validar a confiabilidade, transparência e conformidade com as normas das informações contidas nos Relatórios de Sustentabilidade (RS). Desse modo, esta pesquisa teve por objetivo analisar os determinantes da legibilidade dos relatórios de asseguração das empresas que compunham o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) em 2020. Para tanto, foi realizada a coleta de dados no sítio das companhias na parte de Relações com Investidores e calculado o índice de legibilidade de cada relatório de asseguração do ano de 2020. Foi verificado que 72% das empresas que compõem o ISE asseguram seus relatórios de sustentabilidade. Os resultados demonstraram que, de modo geral, os relatórios de asseguração tem níveis baixos de legibilidade. Os resultados demonstraram também que a legibilidade dos relatórios de asseguração não foi alterada pelo fato do relatório ser emitido por uma *big four*, ou pelo fato da empresa ser de um setor sensível a área socioambiental, ou, ainda, pelo fato de a empresa utilizar o modelo GRI. Quanto à variável tipo de assegurador, os resultados demonstraram que relatórios emitidos por empresas especializadas em sustentabilidade são mais legíveis que relatórios emitidos por empresas de contabilidade (procedimentos de auditoria).

Palavras-chave: Relatórios de asseguração; Relatórios de sustentabilidade; Determinantes da legibilidade.

ABSTRACT

Assurance is a voluntary external verification process that aims to validate the reliability, transparency and compliance with the standards of the information contained in the Sustainability Reports (RS). Thus, this research aimed to analyze the determinants of the legibility of the assurance reports of the companies that made up the Corporate Sustainability Index (ISE) in 2020. Therefore, data collection was carried out on the companies' website in the Relations with Investors and the legibility index of each assurance report for the year 2020 was calculated. It was found that 72% of the companies that make up the ISE ensure their sustainability reports. The results showed that, in general, assurance reports have low levels of legibility. The results also showed that the readability of the assurance reports was not altered by the fact that the report was issued by a big Four, or by the fact that the company is in a sector sensitive to the socio-environmental area, or even by the fact that the company uses the GRI model. As for the type of insurer variable, the results showed that reports issued by companies specializing in sustainability are more readable than reports issued by accounting firms (audit procedures).

Keywords: Assurance reports; Sustainability reports; Determinants of legibility.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Hipóteses testadas.....	19
Tabela 1 - Estatísticas descritivas da legibilidade das empresas <i>Big Four</i> x Outras.....	20
Tabela 2 - Estatísticas de legibilidade dos relatórios que utilizam o GRI x Não utilizam.....	21
Gráfico 1 - Apresentação dos modelos utilizados nos relatórios de assegução referente ao ano de 2020.....	21
Tabela 3 - Estatísticas descritivas da legibilidade empresas Sensível x Não sensível.....	22
Tabela 4 - Estatísticas descritivas da legibilidade Empresas Especializadas x Empresas de Contabilidade.....	23
Tabela 5 - Resultado do teste de Mann- Whitney realizado nas hipóteses.....	24

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	13
2.1 Relatório de sustentabilidade.....	13
2.2 Relatórios de asseguaração.....	13
2.3 Teoria da legitimidade.....	15
2.4 Fatores de influência	15
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
3.1 Amostra e coleta de dados.....	18
3.2 Tratamento de dados.....	18
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

Em virtude do contexto econômico atual e da crescente demanda por parte dos *Stakeholders* e das tendências mundiais para uma maior responsabilidade em relação aos impactos ambientais e sociais das empresas, houve a inserção de boas práticas com o meio ambiente nas governanças corporativas. Tendo isso em vista, as empresas têm se adaptado ao mercado financeiro, criando ações e políticas com foco em responsabilidade socioambiental, bem como vêm aumento a publicação dos relatórios de sustentabilidade. O relatório de sustentabilidade possibilita que as empresas comuniquem o desempenho ambiental, bem como estabelece metas de melhoria contínua para a companhia. De acordo com Perrini (2005), as empresas que realizam a publicação dos relatórios de sustentabilidade visam transparecer um retrato de empresa socialmente responsável.

De acordo com Eugénio (2010), para maior legitimidade dos relatórios de sustentabilidade publicados, as empresas contratam a asseguarção desses, o que, de acordo com a Teoria da Legitimidade, consiste em uma forma de elevar a qualidade das informações prestadas e certificar de que as ações e procedimentos adotados atendem às conformidades legais, sendo, portanto, uma forma de dar maior credibilidade pelas partes interessadas. Borçato, Yamada e Pereira (2014) relatam que a asseguarção dos relatórios de sustentabilidade pode gerar maior confiabilidade às informações, bem como contribui para permanência do negócio no mercado e para maior transparência e legitimidade junto aos *stakeholders*.

A asseguarção dos relatórios de sustentabilidade deve ser realizada por entidades externas e independentes da organização, que segundo o GRI (2013), geralmente são divididas em três grupos: empresas de contabilidade (procedimentos de auditoria), empresas de engenharia (certificações técnicas) e empresas de serviços em sustentabilidade (especialistas).

A elaboração e divulgação dos relatórios de sustentabilidade e de asseguarção são de caráter voluntário, e têm se tornado um importante requisito da reputação corporativa. Deegan (2002) apresenta alguns motivos que podem estimular as organizações a divulgarem informações sociais e ambientais voluntariamente, dentre eles estão o desejo de cumprir requisitos legais, atender às expectativas da sociedade e ameaças à legitimidade da entidade. Sousa, Silva, Ribeiro & Weffort (2014) complementam ao relatarem que a evidenciação voluntária de investimentos ambientais se tornou prática de muitas empresas, não apenas para cumprir normas, mas para expressar a preocupação ambiental e a responsabilidade social da

organização.

No Brasil, a elaboração dos relatórios de asseguração é regulamentado pelas Normas Brasileiras de Contabilidade de Asseguração Contábil (NBC TO), especificamente a Emissão de relatório de asseguração relacionado com sustentabilidade e responsabilidade social (NBC CTO 01), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), objetivando prover alinhamento e uniformidade na aplicação dos procedimentos. As entidades estruturam o relatório de asseguração de sua maneira, contudo, um dos padrões utilizados pelas organizações, é o Global Reporting Initiative (GRI), sendo também considerado uma das bases para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade.

Considerando que a legibilidade é a forma de dar clareza e facilitar a compreensão em relação ao conteúdo de um texto, a divulgação de relatórios ambientais e sua asseguração com informações de fácil entendimento pode ser vista como uma forma de legitimar a atividade organizacional. De acordo com Eugénio (2010), a teoria da legitimidade está expressamente relacionada ao aumento da divulgação ambiental e que proporciona maior compreensão sobre como e por qual motivo as organizações publicam informações nessa área. Segundo Branco e Rodrigues (2006) a teoria da legitimidade é baseada na ideia de que há um contrato social entre a sociedade e as organizações. Tal como refere Deegan (2002), as políticas de divulgação das companhias são consideradas um meio importante para influenciar as percepções externas sobre a empresa. Em pesquisa realizada por Santos (2021), foi analisado a legibilidade dos relatórios de asseguração das empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), no período de 2018 à 2020, identificando que há um baixo nível de legibilidade e compreensão dos relatórios, bem como que não há uma padronização entre eles, com exceção dos relatórios divulgados pelas empresas *big four*, cujos relatórios são semelhantes.

Diante do exposto, o presente estudo objetiva realizar uma análise das determinantes da legibilidade dos relatórios de asseguração dos relatórios de sustentabilidade. Esta pesquisa se faz relevante no âmbito acadêmico, pois foram identificados poucos estudos nessa linha de asseguração dos relatórios de sustentabilidade, alguns são Hodge, Subramaniam e Stewart (2009), Silveira (2018) e Simnett et al. (2009), tratando-se de uma discussão pouco explorada, principalmente no Brasil, bem como traz contribuições ao mercado de ações, em especial aos *stakeholders*, gerando conhecimento e auxiliando no processo de tomada de decisão, e, assim, reduzindo a assimetria de informação entre a empresa e o mercado/partes interessadas. Outro ponto de contribuição é a possibilidade de discussões para a criação de padronizações e regulamentações para os relatórios. Ademais, traz conhecimento aos auditores corroborando quanto aos pontos que podem tornar o relatório de asseguração mais legítimo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Relatório de sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade (RS) tem como objetivo apresentar informações quanto ao desempenho de sustentabilidade das organizações, incluindo informes tanto positivos quanto negativos. Apesar do RS se tratar de um relatório de caráter voluntário, as empresas optam em realizar sua publicação, com o objetivo de demonstrar compromisso com o meio ambiente e com a sociedade. (Santos et. al, 2018; GRI,2006)

O GRI tem como objetivo elevar a qualidade dos relatórios de sustentabilidade a um nível equiparável ao dos relatórios financeiros, portanto promove a elaboração de relatórios de sustentabilidade apresentando as melhores práticas globais, definindo diretrizes, objetivos e princípios para as organizações.

Para Smnet et al. (2009), a variação no conteúdo dos relatórios de sustentabilidade é uma questão que pode impactar na função, análise e legitimidade de sua asseguuração. De fato, em pesquisa realizada por Simnet et al. (2009), os autores analisam a decisão de produzir relatórios de sustentabilidade, identificando que grandes empresas e empresas altamente alavancadas são mais propensas a produzir relatórios de sustentabilidade independentes. Bem como empresas nos setores mineração, produção, utilidades e finanças estejam mais expostas a riscos ambientais e sociais.

Segundo García-Sanchez (2020), empresas que realizam estratégias positivas de Sustentabilidade e Responsabilidade Social e Corporativa - RSC promovem um ambiente com legitimidade e apoio entre reguladores e as partes interessadas. Contudo, os autores relatam que também há empresas que utilizam os relatórios de sustentabilidade para tentar moldar a realidade da empresa, gerando o efeito inverso da legitimidade, ou seja, os *stakeholders* analisam os relatórios com desconfiança e com isso diminui a credibilidade necessária para legitimar as ações sustentáveis da empresa.

2.2 Relatórios de asseguuração

A garantia dos relatórios de sustentabilidade de uma empresa surgiu devido à necessidade de emissão de opinião de um profissional, que fornecesse asseguuração, precisa e

íntegra, das informações contidas no relatório realizado pela organização, se tratando de uma forma eficaz no aumento do nível de legitimidade das companhias. (Almeida, 2014; Silveira, 2018). A garantia dos RS consegue reduzir a assimetria de informação entre as empresas e a sociedade/*stakeholders*, se configurando como um mecanismo de fiscalização das atividades ambientais da empresa. (Martínez e García 2016; Ruhnke e Gabriel, 2013).

O GRI com o objetivo de dar transparência e qualidade às informações fornecidas nos relatórios de asseguarção, elenca alguns princípios fundamentais para a elaboração deste: equilíbrio, comparabilidade, exatidão, periodicidade, clareza e confiabilidade. Portanto, a legibilidade, a qual é a forma de dar clareza e facilitar a compreensão em relação ao conteúdo de um texto, dos relatórios de asseguarção possibilita que as partes interessadas tenham clareza e compreendam de fato as informações fornecidas e consigam ter avaliações justas e consistentes.

Segundo María a Sanchez, (2020), as empresas contratam os serviços de garantia para dar maior credibilidade e confiabilidade junto ao mercado de capitais e aos *stakeholders*, pois trata-se de um requisito altamente valorizado pelos investidores, paralelamente a isso, diz que por ser de caráter voluntário traz grande variabilidade a respeito dos critérios utilizados e não há padrões ou normas obrigatórias a serem seguidos.

A asseguarção deve ser realizada por profissionais de auditoria ou especialistas na área ambiental, com conhecimento em sustentabilidade. Hodge *et al.* (2009) diz que os profissionais que são especialistas em sustentabilidade fornecem informações de garantia mais completas, justas e equilibradas.

Simnet *et al.* (2009) relatam que há vários benefícios ao realizar a asseguarção, sendo alguns deles a redução dos custos de agência e o aumento da confiança do usuário na veracidade das informações. Os autores relatam, ainda, que países com sistema legal mais forte são mais propensos a serem assegurados. Corroborando com Martínez e García (2016), que asseveram que a asseguarção dos relatórios de sustentabilidade são mais prováveis de ocorrer em países legais e culturais mais fortes e em indústrias mais sustentáveis.

Em contraposição, Choi e Wong (2007) relatam que em ambientes jurídicos mais fracos, os custos de agência tendem a ser mais altos, pois há maior demanda por garantias, já em ambientes legais mais fortes, os custos de agência tendem a ser menores, porque há mais mecanismos de proteção em nível de país em vigor nesses ambientes. Portanto, as empresas que operam em um ambiente jurídico mais fraco estarão propensas a optar pela garantia para aumentar a confiança dos *stakeholders* na credibilidade das informações dos seus relatórios de sustentabilidade.

Em análise realizada por Simnet *et al* (2009), foi identificado que as grandes empresas são expressivamente mais propensas a realizar a asseguarção dos relatórios de sustentabilidade em comparação com as pequenas empresas, pois o custo para a implementação deste .

De acordo com Ruhnke e Gabriel (2013), empresas que divulgam voluntariamente informações sobre suas ações ambientais podem eliminar as assimetrias de informações prestadas, logo, a divulgação voluntária pode ser classificada como uma forma de reduzir altos custos de agência, ou seja, de diminuir os custos oriundos de conflitos de interesse entre o gestor e as partes interessadas.

2.3 Teoria da legitimidade

Para Eugênio (2010), a teoria da legitimidade é constituída com base na teoria da política econômica, e se faz essencial para a sobrevivência de uma organização. Nesse sentido, a divulgação de relatórios ambientais, ao aumentar a transparência para a sociedade quanto às práticas sociais e ambientais, pode ser um meio de tornar a organização mais legítima.

Em análise realizada em bancos portugueses, Branco e Rodrigues (2006), obtiveram resultados que a teoria da legitimidade pode ser uma das explicações das divulgações da responsabilidade social.

No que tange à asseguarção desses relatórios, Martínez-Ferrero e García-Sánchez (2016) afirmam que a asseguarção voluntária atua como ferramenta de legitimação implementada pelas empresas de setores que desenvolvem melhor suas práticas de sustentabilidade, ou seja, divulgam e asseguram seus relatórios de sustentabilidade.

Ademais, segundo GRI (2006), os relatórios de asseguarção devem ser apresentados de maneira clara, facilitando o entendimento das informações dispostas para os *stakeholders*. A vista disso, Goldim (2006) assevera que se faz importante encontrar uma relação efetiva entre as duas partes, emissor e receptor, onde as informações possam ser de fato úteis no processo de compreensão e comprometimento recíproco. Logo, relatórios de asseguarção que transmitem a informação de forma transparente e acessível podem gerar maior credibilidade, tornando a divulgação dos relatórios de sustentabilidade mais legítima.

2.4 Fatores de influência

Segundo Simnet *et al.* (2009), as grandes empresas geralmente trazem consigo um alto nível de reputação e credibilidade, contudo, um contra-argumento é que um especialista na área

ambiental pode possuir maior conhecimento na área em comparação a um auditor de uma empresa grande de auditoria.

Em análise realizada por Simnet *et al.* (2009), os resultados demonstraram que as empresas com maior necessidade de aumentar a credibilidade não se importam se a asseguarção é realizada por um profissional de auditoria ou por um profissional especializado que não faz parte de empresas de auditoria.

Com base no exposto, foi formulada a primeira hipótese de pesquisa, qual seja:

H₁: Os relatórios de asseguarção emitidos por empresas big four são mais legíveis.

Em análise realizada por Silveira (2018) utilizando dados das companhias brasileiras de capital aberto listadas na B3, o autor assevera que a adesão às diretrizes do GRI influencia positivamente nos relatórios de asseguarção dos RS.

Segundo Ruhnke e Gabriel (2013), a elaboração e estruturação de um RS de acordo com as diretrizes do GRI, é uma indicação para as partes interessadas sobre a natureza e o alcance do relatório divulgado, pois a estrutura oferecida pelo GRI é a desenvolvida por um processo que busca o consenso junto aos interesses dos *stakeholders*. Além disso, quando a empresa elabora o RS de acordo com as diretrizes do GRI, a exigência por asseguarção é maior, uma das explicações é devido ao compromisso de publicação de um relatório com alta qualidade. Diante do exposto, surge a segunda hipótese de pesquisa:

H₂: Os relatórios de asseguarção de relatórios de sustentabilidade que seguem o modelo GRI são mais legíveis.

Segundo García-Bernau et al (2012), a opção de asseguar os relatórios de sustentabilidade não depende do porte da empresa, mas sim do setor de atividade, e os setores que mais procuram asseguar seus relatórios de sustentabilidade são os dos setores financeiro, petróleo, energia e materiais básicos, devido a grande influência socioambiental.

Em estudo realizado por Santos (2021), foi identificado que os relatórios de asseguarção que têm um nível maior de dificuldade de compreensão são os dos setores de Madeira e papel, Financeiro e Petroquímico. Com base nos resultados do estudo realizado por García-Bernau et al (2012) e Santos (2021), surge a terceira hipótese de pesquisa:

H₃: Os relatórios de asseguarção das empresas dos setores de maior influência socioambiental são mais legíveis do que os relatórios de asseguarção de empresas de outros setores de atividade.

Segundo Perego e Kolk (2012), foi realizado um levantamento das empresas prestadoras dos serviços de asseguarção das empresas que fazem parte da 250 Fortune Global, no período de dez anos, a qual resultou que 51,7% dos relatórios são assegurados por empresas de auditoria;

22,2% por especialistas em sustentabilidade; 11,1%, por organizações de certificação e 15% por outros tipos de companhias.

Em estudo realizado por Silveira *et al.* (2017) com empresas que compõem o ISE 2016, 82,1% dos trabalhos de asseguração foram realizados por empresas de auditoria, 14,3% por prestadoras de garantia e consultoria, e 3,6% por empresas especializadas em sustentabilidade. Diante do exposto, e considerando que a o tipo de empresa que realizada a asseguração pode afetar a legibilidade dos relatórios de asseguração, surge a quarta hipótese de pesquisa:

H₄: O tipo de assegurador influencia na legibilidade dos relatórios de asseguração.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, serão apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa, com a exposição da população e amostra, procedimentos utilizados para coleta de dados e explanação do tratamento e análise dos dados.

3.1 Amostra e Coleta dos dados

Foram analisadas as empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Brasil, Bolsa e Balcão (B3) com o intuito de analisar os relatórios de asseguarção do ano de 2020 dessas companhias. Das 46 empresas, verificou-se que 33 delas asseguram seus relatórios de sustentabilidade, as quais compõem a amostra da presente pesquisa.

Os relatórios de asseguarção foram extraídos dos sítios das respectivas Companhias, na área de Relacionamento com Investidores (RI), primeiro foi realizada a busca pelos relatórios de sustentabilidade, para identificar os relatórios de asseguarção das empresas. Verificou-se o setor de atividade das empresas, o tipo de empresa que emitiu o relatório de asseguarção, se a empresa que emitiu o relatório era uma *big Four*, e se o relatório de asseguarção foi elaborado de acordo com o modelo GRI.

3.2 Tratamento dos dados

Para atender ao objetivo do presente estudo, que consiste em realizar uma análise das determinantes da legibilidade dos relatórios de asseguarção dos relatórios de sustentabilidade, foi realizada inicialmente a análise da legibilidade dos Relatórios de Asseguarção do ano de 2020 das empresas que compuseram a amostra do presente estudo.

Para tanto, foi realizado o *download* dos relatórios de asseguarção de cada uma das instituições que compuseram a amostra; a conversão dos arquivos do formato Portable Document Format (.pdf) para o formato Microsoft Word (.docx) e, posteriormente, para o formato de arquivo de texto (.txt); e efetuado o cálculo das estatísticas de legibilidade dos documentos com o auxílio do sítio www.legibilidade.com, o qual tem o intuito de fornecer índices de legibilidade para textos da língua portuguesa.

As métricas utilizadas para analisar se um texto é de difícil ou fácil leitura, tem como base o comprimento das frases e a complexibilidade das palavras, as quais fazem parte do

banco de dados do sítio. O sítio traz alguns índices de legibilidade para análises, como o Flesch-Kincaid, o qual utiliza a média de palavras por frase e a média de sílabas por palavra.

Nesse estudo foi utilizado o índice desenvolvido pelo sítio, o qual realiza a média aritmética dos índices Flesch-Kincaid, Gunning fog, ARI e Coleman-Liau, utilizando uma escala de nível de graduação de 0 a 20, sendo zero para texto mais legíveis e 20 para textos mais complexos.

Após o cálculo da legibilidade foi utilizado o teste de independência Mann-Whitney para testar as hipóteses levantadas. Esse teste é não-paramétrico e é indicado para comparar duas amostras independentes. Tendo sido testadas as diferenças entre as médias da legibilidade entre os grupos especificados no Quadro 01. Destaca-se que a escolha do referido teste se deveu a sua adequação às características da amostra.

Quadro 1 - Hipóteses testadas

Hipóteses	Grupos	Teste
H1: Os relatórios de asseguarção emitidos por empresas <i>big four</i> são mais legíveis.	Empresas <i>Big Four</i> x Outras empresas	Mann-Whitney
H2 - Os relatórios de asseguarção de relatórios de sustentabilidade que seguem o modelo GRI são mais legíveis.	Empresas que utilizam o modelo GRI x Empresas que não utilizam o modelo GRI	Mann-Whitney
H3: Os relatórios de asseguarção das empresas dos setores de maior influência socioambiental são mais legíveis do que os relatórios de asseguarção de empresas de outros setores de atividade.	Empresas sensíveis x Empresas não sensíveis	Mann-Whitney
H4: O tipo de asseguarador influencia na legibilidade dos relatórios de asseguarção.	Empresas de contabilidade x Empresas de serviços em sustentabilidade	Mann-Whitney

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Na Hipótese 4 inicialmente pretendíamos utilizar os três tipos de asseguaradores, sendo Empresas de contabilidade x Empresas de engenharia x Empresas de serviços em sustentabilidade, contudo a amostra apresentou dados para apenas dois deles.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa seção serão apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos quanto aos determinantes da legibilidade dos relatórios de asseguarção do RS, a partir da aplicação dos procedimentos metodológicos definidos na seção anterior. A aplicação do teste de independência Mann-Whitney é indicado para comparação de dois grupos não pareados para se verificar se pertencem ou não à mesma população, se trata de um teste não-paramétrico, ou seja, para amostras independentes.

A Hipótese 1 buscou analisar se os relatórios de asseguarção emitidos por *big four* são mais legíveis que os emitidos por outras empresas. Conforme Tabela 1, da amostra de 33 empresas que realizaram a asseguarção dos relatórios de sustentabilidade, 24 são relatórios emitidos por empresas que compõem a *big Four* e 9 por outras empresas. A Tabela 1 apresenta, ainda, a análise descritiva dos resultados da legibilidade, comparando a média, desvio-padrão e mediana desses dois grupos.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas da legibilidade das empresas Big Four x Outras

	Empresas	Média	Desvio-Padrão	Mediana
<i>Big Four</i>	24	19.02917	3.934052	19.25
Outras	9	18.05556	5.307804	16.6

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que a média e mediana da legibilidade dos relatórios emitidos pelas empresas que fazem parte da *big Four* foram superiores aos valores das outras companhias, a diferença observada parece indicar que as *big Four* atribuíram menor legibilidade aos relatórios de asseguarção. No entanto, o teste Mann-Whitney realizado entre as médias dos índices de legibilidade das empresas *big Four* e das que não fazem desse grupo, não apresentaram significância estatística.

Presumia-se que os relatórios de asseguarção das *big Four* trariam maior legibilidade por se tratar das maiores empresas contábeis especializadas em auditoria e consultoria do mundo, sendo elas Deloitte Touche Tohmatsu, Ernest & Young, PriceWaterhouseCoopers, e KPMG, tendo como objetivo dar maior confiabilidade e veracidade às informações dispostas pelas empresas e, conseqüentemente, torná-las mais legítimas junto ao mercado com relatórios mais claros. Contudo, os resultados encontrados podem ser decorrentes do grau de

complexidade das palavras utilizadas, bem como da análise ter sido realizada exclusivamente no ano de 2020, impedindo uma verificação mais ampla quanto à legibilidade dos relatórios.

Quanto à segunda hipótese, procurou-se analisar se as empresas que utilizavam o modelo GRI para realização dos relatórios de asseguração têm relatórios de asseguração mais legíveis. A Tabela 2 apresenta a análise descritiva dos resultados da legibilidade, comparando a média, desvio-padrão e mediana desses dois grupos.

Tabela 2 - Estatísticas descritivas da legibilidade empresas que utilizam o GRI x Não utilizam o GRI

	Empresas	Média	Desvio-Padrão	Mediana
Não utiliza o modelo GRI	23	19.12174	3.787774	19.3
Utiliza o modelo GRI	10	17.94	4.344652	16.65

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que a mediana e média da legibilidade dos relatórios de asseguração que utilizam o GRI foram superiores aos valores dos que não utilizam esse modelo, parecendo indicar que as empresas que não utilizam o GRI teriam menor legibilidade dos relatórios de asseguração. Contudo, o teste Mann-Whitney realizado entre as médias dos índices de legibilidade dos relatórios de asseguração das empresas que utilizam esse modelo e as que não utilizam não apresentaram significância estatística.

Nesta hipótese identificamos 4 tipos de modelos utilizados pelas empresas, sendo eles NBC-TO-3000, GRI, ISAE 3000 e ABNT NBR ISO 14064-3:2007. O Gráfico 1 apresenta a distribuição em relação ao modelo utilizado.

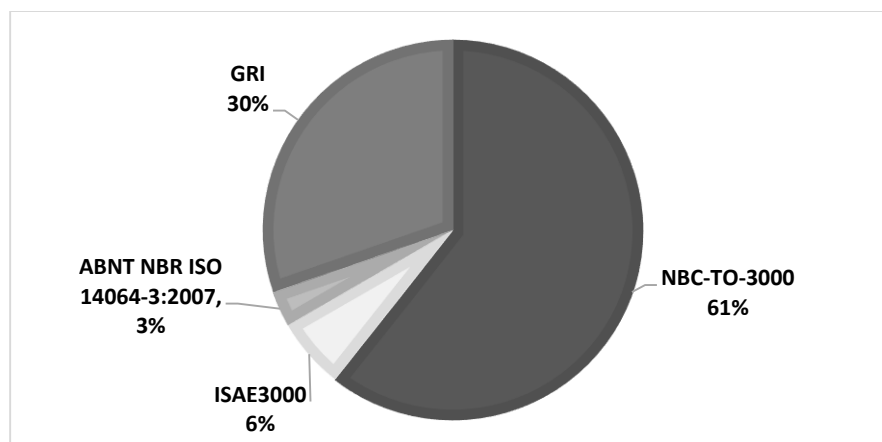


Gráfico 1 - Apresentação dos modelos utilizados nos relatórios de asseguração referente ao ano de 2020.

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que mais da metade dos relatórios de asseguração publicados são do modelo NBC TO 300, a qual foi elaborada de acordo com a sua equivalente internacional ISAE 3000 da International Federation of Accountants (Ifac), compondo em conjunto 67% da amostra. Em seguida temos GRI com 30%. Percebe-se que para a amostra do estudo o modelo GRI não foi muito utilizado como modelo dos relatórios de asseguração, contudo, de acordo com Silveira (2018), entende-se que a adesão às diretrizes do GRI influencia positivamente nos relatórios de asseguração, uma vez que tem como objetivo dar clareza e qualidade às informações fornecidas, bem como tem o intuito de padronizar esses relatórios.

Pode-se notar com os resultados encontrados que apesar das empresas ainda não utilizarem em sua maioria o modelo GRI, a legibilidade dos seus relatórios estão equivalentes aos relatórios que utilizam o modelo NBC TO 3000, ou seja, estão no mesmo padrão do modelo mais utilizado pelas empresas. Deve-se levar em consideração também que os relatórios de modo geral ainda estão com baixos níveis de legibilidade.

A terceira hipótese trata-se da verificação se empresas que têm maior influência socioambiental têm relatórios mais legíveis em comparação às empresas de outras atividades setoriais. Nesta hipótese foi considerado o estudo realizado por García-Bernau et al (2012), o qual diz que os setores que têm maior sensibilidade socioambiental são os setores financeiro, petróleo, energia e materiais básicos. A Tabela 3 demonstra a quantidade de empresas que são mais sensíveis a área ambiental e apresenta as estatísticas dos índices de legibilidade.

Tabela 3 - Estatísticas descritivas da legibilidade empresas Sensível x Não sensível

	Empresas	Média	Desvio-Padrão	Mediana
Não sensível	17	18.80588	3.720966	18.4
Sensível	16	18.71875	4.271334	19.25

Fonte: Elaboração própria.

A partir da Tabela 3 é possível observar que o número de empresas sensíveis e não sensíveis que realizam a asseguração dos relatórios de asseguração são basicamente o mesmo, sendo 17 empresas não sensíveis e 16 sensíveis a área ambiental. Verifica-se também que a diferença entre as médias é mínima e suas medianas têm valores bem aproximados. Ainda, o teste Mann-Whitney realizado entre as médias dos índices de legibilidade desses dois grupos analisados não apresentou significância estatística, indicando que não é possível afirmar que existe diferença entre os níveis de legibilidade dos dois grupos.

Esperava-se que as empresas que são mais sensíveis à área ambiental tivessem relatórios de asseguração mais legíveis, devido à exposição ao meio social e a pressão dos *Stakeholders* para que os relatórios fossem de mais fácil entendimento. Contudo, como os resultados de ambos os grupos foram bem próximos, pode-se argumentar que o grau de legibilidade dos relatórios de asseguração independe da área de atividade da empresa.

A quarta hipótese buscou analisar se o tipo de assegurador influencia na legibilidade dos relatórios de asseguração. De acordo com o GRI (2013), os relatórios de asseguração têm três tipos de asseguradores, sendo eles: empresas de contabilidade (procedimentos de auditoria), empresas de engenharia (certificações técnicas) e empresas de serviços em sustentabilidade (especialistas). Na amostra desta pesquisa não foram encontrados asseguradores de empresas de engenharia, portanto foram analisados os dois outros tipos de asseguradores. Na tabela 4 a seguir são apresentadas a quantidade de empresas por tipo de assegurador e a análise descritiva dos resultados, comparando a média, desvio-padrão e mediana da legibilidade dos relatórios.

Tabela 4 - Estatísticas descritivas da legibilidade empresas especializadas x empresas de contabilidade

	Empresas	Média	Desvio- Padrão	Mediana
Empresas especializadas	8	17.3	5.130859	16.45
Empresas de contabilidade	25	19.232	3.466232	19.3

Fonte: Elaboração própria.

A partir da Tabela 4 é possível verificar a diferença quanto à quantidade de empresas que optaram pela asseguração ser realizada por empresas especializadas e por empresas de contabilidade, notando-se maior número de empresas de contabilidade. Em contrapartida, as médias e medianas da legibilidade dos relatórios emitidos por empresas especializadas são menores se comparados com os emitidos por empresas de contabilidade, atribuindo maior legibilidade aos relatórios de asseguração emitidos por elas. O teste Mann-Whitney realizado entre as médias dos índices de legibilidade dos dois grupos de empresa apresentaram significância estatística, indicando que de fato os relatórios emitidos por empresas especializadas são mais legíveis.

Assim como foi identificado por Perego e Kolk (2012) e por Silveira *et al.* (2017) a maior parte dos relatórios de asseguração são realizados por empresas de auditoria. Presume-se que por serem mais selecionadas para a confecção desses relatórios, deveriam ter maior legibilidade em comparação aos outros tipos de asseguradores.

Contudo, pode-se entender que empresas especializadas em sustentabilidade tem maior conhecimento específico sobre a área, podendo assim realizar seus relatórios com menos termos técnicos e com maior legibilidade, conseguindo dar melhor entendimento aos *Stakeholders*. A presente análise corrobora com o que Hodge *et al* (2009) afirmam, que especialistas em sustentabilidade fornecem informações mais completas, justas e equilibradas.

A tabela 5 abaixo apresenta os valores de significância e desvio padrão das hipóteses analisadas, obtidos a partir da aplicação dos testes de Mann-Whitney.

Tabela 5 - Resultado do teste de Mann- Whitney realizado nas hipóteses

	Significância (p)	Desvio (z)
H ₁	0.2251	-1.213
H ₂	0.2320	1.195
H ₃	0.8429	0.198
H ₄	0.0645 ^(*)	-1.849

^(*) Significante a 10%

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 5 são apresentados os valores de significância das hipóteses deste estudo, verifica-se que a significância dos testes das hipóteses H₁, H₂ e H₃ estão acima de 0,1, portanto entende-se que eles se encontram na região de não rejeição, ou seja, não há diferença significativa entre os dois grupos analisados. Quanto a H₄, observa-se que a significância está abaixo de 0,1, indicando que o resultado da amostra se encontra na região de rejeição da hipótese nula do teste de que não há diferença entre as médias dos grupos, ou seja, há diferença significativa entre as médias dos dois grupos testados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os determinantes da legibilidade dos relatórios de asseguração das empresas que compõem o ISE de 2020.

Para atingir o referido objetivo utilizou-se o software estatístico Statapara realizar o teste de Mann-Whitney, a fim de testar as hipóteses levantadas, este teste foi adequado à amostra pois se tratavam de amostras independentes, o qual identificou se as hipóteses testadas tinham ou não diferenças significativas.

Das 46 empresas que compõem o ISE, 33 asseguram seus relatórios de sustentabilidade seja por intermédio de auditoria externa independente ou pela contratação de empresa de consultoria especializada em sustentabilidade.

De modo geral, quanto à legibilidade dos relatórios de asseguração, em termos médios, o índice variou entre muito difícil e difícil na escala de legibilidade, assim afetando no entendimento e compreensibilidade do texto, caso o leitor não possua determinado grau de escolaridade e de conhecimento específico sobre o assunto. Posto isso, nota-se que há uma contradição quanto a divulgação dos relatórios de asseguração, por se tratarem de relatórios que são construídos com a finalidade de verificar as informações prestadas pelas empresas e por serem de caráter público deveriam abranger e aumentar o interesse sobre essas informações junto aos *stakeholders* e a sociedade.

As variáveis *Big Four* e setor de atividade apresentaram sinais opostos àqueles esperados. Essas características deveriam representar maior zelo na preparação dos relatórios de asseguração, tendo em vista a comunicação que se tem com os usuários. Contudo, os relatórios emitidos por empresas *big Four* e os relatórios emitidos para empresas que fazem parte de setores mais sensíveis ao ambiente possuem relatórios de asseguração equivalentes, em relação a legibilidade, com relatórios emitidos por empresas que não são *big Four* e para empresas as que não fazem parte dos setores sensíveis ao ambiente.

Quanto à utilização do modelo GRI, nota-se que se trata de um modelo ainda pouco utilizado pelas empresas para realização dos relatórios de asseguração dos relatórios de sustentabilidade, contudo sua legibilidade é equivalente ao modelo mais utilizado pelas empresas, sendo ele o NBC TO 300.

Com relação à variável tipo de assegurador, os resultados encontrados apontam que há diferença significativa entre a legibilidade dos relatórios, sendo os relatórios emitidos por empresas especializadas em sustentabilidade mais legíveis em comparação aos emitidos por

empresas de contabilidade.

Em suma, evidencia-se que existe uma grande adesão a asseguarção dos relatórios de sustentabilidade, sem que se tenha a obrigatoriedade dessa prática. Apesar dos relatórios ainda estarem com um nível baixo de legibilidade, nota-se que as companhias estão se preocupando em demonstrar as informações com transparência utilizando modelos para estruturá-los, e assim ampliando as condições de garantia de qualidade e dando maior legibilidade aos relatórios de asseguarção. Relatórios mais legíveis tornam-se mais interessantes as partes interessadas.

Recomenda-se para pesquisas futuras a análise dos determinantes da legibilidade incluindo um maior número de empresas, com a avaliação e acompanhamento da evolução da prática de asseguarção, quanto a adoção, padronização e normatização. Assim como a verificação de outros determinantes que podem influenciar na legibilidade dos relatórios de asseguarção.

REFERÊNCIAS

- Alves, M. A. R. S., Araújo R. A. M. e Santo L. M. S. Análise da relação entre valor de mercado e divulgação do relatório de sustentabilidade: um estudo nas empresas de alto potencial poluidor listado na B3. **Revista GeSec**, v. 10, n. 2, p 59-86, mai/ago 2019.
- Borçato, D. M.; Yamada, E.; Pereira, A. C. **Uma Abordagem Sobre a Prática da Auditoria Ambiental nas Empresas Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial – Ise/Bovespa entre 2005 e 2010**. In: CSESAR CONFERENCE SOUTH AMERICA, 2., 2014. Anais [...]. Ribeirão Preto, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3229731-Uma-abordagem-sobre-a-pratica-da-auditoria-ambiental-nas-empresas-listadas-no-indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-bovespa-entre-2005-e-2010.html>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.
- Branco, M. C.; Rodrigues, L. L. Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks: a legitimacy theory perspective. **Corporate Communications: an International Journal**, v. 11, n. 3, p. 232-248, 2006. doi:10.1108/13563280610680821
- Choi, J., and T. J. Wong. Auditors' governance functions and legal environments: An international investigation. **Contemporary Accounting Research** 24 (Spring): 13–46, 2007.
- Deegan, C. Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, 15(3), 282-311, 2002. <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>
- Eugénio, T. Avanços Na Divulgação De Informação Social e Ambiental pelas Empresas e a Teoria da Legitimidade. **Revista Universo Contábil**, FURB, v. 6, n.1, p. 102-118, jan./mar., 2010.
- GARCÍA-BENAU, M.A., SIERRA-GARCIA, L. AND ZORIO-GRIMA, A. La Verificación de la Memoria de Sostenibilidad en un Contexto Europeo. **GCG Georgetown University – Universia**, Vol. 6, No. 2, p. 66-80, 2012
- Global Reporting Initiative. Diretrizes para o relatório de sustentabilidade. v. 3.0, 2000-2006. Disponível em: https://www.ipai.pt/fotos/gca/g3_pobr_rg_final_with_cover_1271097860.pdf. Acesso em: 08 de fevereiro de 2022.
- Global Reporting Initiative. The external assurance of sustainability reporting. **Research and Development Series**, 2013.
- GOLDIM, J. R. Consentimento e informação: a importância da qualidade do texto utilizado. **Clinical & Biomedical Research**, v. 26, n. 3, 2006.
- Hodge, K.; Subramaniam, N.; Stewart, J. Assurance of sustainability reports: Impact on report users' confidence and perceptions of information credibility. **Australian Accounting Review**, v. 19, n. 3, p. 178-194, 2009.
- Martínez-Ferrero, J; García-Sánchez, I. Coercive, normative and mimetic isomorphism as

determinants of the voluntary assurance of sustainability reports. **International Business Review**, v. 26, n. 1, p. 102-118, 2016.

Perego, P., e Kolk, A. Multinationals' accountability on sustainability: the evolution of third-party assurance of sustainability reports. **Journal of Business Ethics**, 110(2), 173-190, 2012.

Ruhnke K.; Gabriel A.. Determinants of voluntary assurance on sustainability reports: an empirical analysis. **Journal of Business Economics**, 83(9): 1063-1091, 2013.

Silveira, G. B., Alberton, L., e Vicente, E. F. R. O Estado da Arte da Asseguração dos Relatórios de Sustentabilidade: Um Estudo das Empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) 2016. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, 11(2), 2017.

Simnett, R.; vanstraelen, A.; CHUA, W. F. Assurance on sustainability reports: An international comparison. **The Accounting Review**, v. 84, n. 3, p. 937-967, 2009.

Sousa, C. B., Silva, A. F., Ribeiro, M. S., & Weffort, E. F. J.. Valor de mercado e disclosure voluntário: estudo empírico em companhias listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Ambiente Contábil**, 6(2), pp. 94-115, 2014.

Santos Gustavo T. M. C.. Legibilidade dos relatórios de Asseguração externa dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) 2018 a 2020. Brasília, 2021.

Silveira, G. B.. Asseguração dos relatórios de sustentabilidade no Brasil: Fatores que podem influenciar a sua ocorrência. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193841/PPGC0160-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.